



PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO TEMA TRANSVERSAL E O GRAU DE PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM BOA VISTA-RR

Ricardo Luiz Ramos¹

Ana Cristina de Sousa Falcão²

RESUMO: Este trabalho buscou identificar o perfil do professor enquanto educador no tocante ao tema Planejamento Familiar, a partir de conteúdos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, através de uma pesquisa exploratória. Para realização do procedimento foi utilizado o método quali-quantitativo, apoiado no método hipotético-dedutivo, partindo de casos gerais referentes à realidade da atuação de professores do Ensino Fundamental, 1º segmento da rede pública de ensino no Município de Boa Vista/RR. A coleta de dados ocorreu no 1º semestre do ano de 2009, através da distribuição de questionários aos professores constituintes da amostra. Para análise dos dados foi empregado o método estatístico-interpretativo. Os resultados demonstraram que a média de idade dos professores varia de 35 a 40 anos, e trabalham há 10/20 anos no Magistério. A maioria é formada em Pedagogia e ministra várias disciplinas. Os professores concordam que o tema Educação Sexual deve ser trabalhado nas escolas de forma interdisciplinar, no entanto, poucos desenvolvem a temática Planejamento Familiar. Eles reconhecem a necessidade de participarem em programas de educação continuada em Planejamento Familiar. Em síntese, há um consenso sobre a importância de promover no ensino orientações sobre Planejamento Familiar na escola, bem como um programa de educação continuada para docentes. Fatos como gravidez precoce e indesejada, aliada a doenças sexualmente transmissíveis e aos abusos sexuais entre os adolescentes somente serão revertidos a partir da educação inicial e continuada da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Educação sexual, Interdisciplinaridade, Planejamento Familiar.

ABSTRACT: This work looked for to identify the teacher's profile while educator concerning the theme Family Planning, starting from contents foreseen in the Parameters National Curriculares, through an exploratory research. For accomplishment of the procedure the quali-quantitative method was used, leaning in the hypotetic-deductive method, leaving of general cases regarding the reality of the teachers' of the Fundamental Teaching performance, 1st segment of the public schools in the district of Boa Vista/RR. The collection of data happened in the 1st semester of the year of 2009, through the distribution of questionnaires to the constituent teachers of the sample. For analysis of the data the statistical-interpretative method was used. The results demonstrated that the average of the teachers' age varies from 35 to 40 years, and they work there are 10/20 years in the Teaching. Most of the teachers are formed in Pedagogy and it supplies several disciplines. The teachers agree that the theme Sexual Education should be worked at the schools of an interdisciplinar way, however, few develop the theme Family Planning. They recognize the need of they participate in programs of continuous education in Family Planning. In synthesis, there is a consensus on the importance of promoting in the teaching orientations about Family Planning in the school, as well as a program of continuous education for teachers. Facts as precocious pregnancy, allied to sexually transmissible diseases and to the sexual abuses among the adolescents will be reverted only starting from the initial and continuous education of the society as a completely.

Keywords: Sexual education, Interdisciplinarity, Family planning.

1 UERR, Universidade Estadual de Roraima. Rua Sete de Setembro 231 Canarinho, Boa Vista RR. CEP: 69 510 630. rluizramos@gmail.com.

2 UERR, Universidade Estadual de Roraima. Rua Sete de Setembro 231 Canarinho, Boa Vista RR. CEP: 69 510 630. anaecarol_2008@hotmail.com



INTRODUÇÃO

A pobreza frequentemente está correlacionada às explosões demográficas e estas ao número cada vez maior de gestações na adolescência. Registros oficiais da organização mundial da saúde (OMS) demonstram que “mais de 500.000 mulheres morrem a cada ano no mundo, devido a causas relacionadas com gravidez, parto e aborto. Cerca de 99% dessas mortes ocorrem em regiões menos desenvolvidas do mundo. E no período compreendido entre 2002 e 2020, o número de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos), nos países menos desenvolvidos, aumenta em 24%.”(Costa e Carbone, 2003).

Desde a década de 90 fontes do IBGE, (2009) vêm publicando dados alarmantes: neste período registrou-se que em todo Brasil, 11.457 adolescentes com menos de 15 anos deram à luz, e na faixa etária de 15 a 19 anos, o número total de mães meninas foi de 434.

O Ministério da Saúde ao lançar o Manual Técnico de Assistência em Planejamento Familiar (2002) dispõe um capítulo para tratar exclusivamente de anticoncepção na adolescência justificando que “o elevado número de partos entre as adolescentes, o início cada vez mais precoce das relações sexuais e o aumento das DST/AIDS nessa faixa etária, justificam a atenção de uma assistência adequada às necessidades da população na faixa etária de 10 a 19 anos”.

Recomenda também “trabalhar ações educativas de prevenção nas unidades de saúde, escolas, centro de lazer, centro esportivo ou cultural entre outros” (Brasília, 2002. p. 126). Complementando o amparo legal para estas ações cita a constituição federal e o estatuto da criança e adolescente onde é preconizado dever da família, sociedade e Estado assegurar a criança e

adolescente deixá-los salvo de toda forma de negligência. (BRASÍLIA, 2005, P.13).

Sabe-se que toda atividade sexual desprotegida pode comprometer a saúde dos adolescentes, o que torna livre as atividades educativas de planejamento familiar e prevenção de DST/AIDS.

Nestes termos fica evidente a possibilidade legal e ética dos professores do Ensino Fundamental, desenvolver atividades de educação em planejamento familiar, auxiliando significativamente os profissionais da saúde na conscientização dos jovens e adolescentes na importância do conhecimento do próprio corpo.

O Brasil, segundo IBGE (2009) entre 2000 a 2007, em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, a população aumentou em 49.285 habitantes chegando em 2007 no total de 249.853 habitantes. Este crescimento populacional demanda criação de novas áreas para moradia, maior consumo de água e produção de esgoto, refletindo profundamente nas questões ambientais deste município e no sistema de saúde vigente.

Contudo faz-se necessário um estudo criterioso junto aos professores do ensino fundamental a respeito das concepções, entendimentos e limitações referente ao assunto planejamento familiar como tema transversal, sejam elas profissionais, pessoais, religiosas ou políticas.

A partir desta situação o desenvolvimento dos temas transversais de planejamento familiar, preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacional de 1998 disponibilizou estratégias pedagógicas necessárias para instrumentalizar ou reafirmar aos professores sua importante colaboração na promoção da educação em saúde na sala de aula através de temas transversais abordando planejamento familiar e prevenção DST/AIDS e,



considerando o planejamento familiar uma questão social e ambiental.

O processo de ensino e aprendizagem inicia em nossas vidas desde há mais tenra idade, nossos pais foram os “primeiros professores” que conhecemos. Porém ensinar nem sempre é educar, mas a educação obrigatoriamente passa pelo processo de ensino.

Para isto existem várias metodologias. Independentemente da teoria que será adotada todos estes modelos de ensino necessitam de planejamentos, com objetivos, metodologia e avaliação. Fortalecendo o propósito do importante papel do professor na educação de seus alunos O desgaste dos dogmas religiosos e outros tabus facilitam, no contexto familiar, o diálogo sobre sexo e sexualidade, contudo, ainda assim, é tarefa difícil para muitos pais tratarem destes assuntos com seus filhos. Também é preciso considerar a ausência dos pais diante das longas jornadas de trabalho, levando seus filhos a iniciar vida social na mais tenra idade, quando são conduzidos para berçários, creches, pré-escola com turno integral etc.

Quando chega a puberdade um dos passatempos prediletos são os meios de comunicação. Estes na busca acelerada pela liderança da audiência apresentam programas apelativos. Não que isto deva ser proibido ou algo coercitivo, porém, faz-se prudente reconhecer que não ocorre outro programa com igual teor na contrapartida, primando por sexo seguro ou planejamento familiar; como modelo de Educação Sexual, oferecendo ao público possibilidades de escolher o melhor para a estrutura de suas famílias.

Apesar dos esforços dos órgãos governamentais, conforme observado na portaria nº 980/GM de 21/12/1989 do Ministério da Saúde regulamentando o Programa Saúde e Atenção ao Adolescente PROSAD (BRASIL 1993). E ampliação das

Estratégias de Saúde da Família, para melhor atender os usuários da rede básica de assistência a saúde.

Contudo é necessário um longo tempo para ser efetivado em todo território nacional.

Ter acesso ao profissional de saúde em algumas realidades sociais é difícil. Por outro lado, o acesso à escola e principalmente ao ensino fundamental tem larga abrangência pela população nas diferentes classes sociais.

Sendo o professor o elo do aluno ao melhor entendimento do mundo. É justificada a importância do profissional como educador sexual para sociedade como um todo, mas para isto é preciso conhecer quem são os professores e o que eles pensam a respeito das suas atribuições e competências. Estes questionamentos são os elementos de fomento do presente estudo.

MARCO TEÓRICO

Desde a década de 90 fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2009) vêm publicando dados alarmantes. Sendo que neste período registrou-se que em todo Brasil, 11.457 adolescentes com menos de 15 anos deram à luz e na faixa etária de 15 a 19 anos o número total de mães meninas foi de 434.335. Após o escândalo, de nível nacional, com a prisão do Procurador Geral do Estado de Roraima, do Major da Polícia Militar e outras sete pessoas acusadas de formar a rede de pedofilia em Boa Vista. (Folha de Boa Vista, segunda feira 9 de Junho de 2008).

No dia onze do mesmo mês este jornal publicou que uma menina de 13 anos estaria grávida, vítima de estupro de um dos algozes da pedofilia. A imprensa tornou frequentes as publicações de reportagens sobre gestação na adolescência. Outra publicação importante foram os dados revelados pela Secretaria de Saúde do Estado de Roraima (SESAU 2008)



informando que em 2007 foram realizados 44 cesarianas e 68 partos em meninas de 10 a 14 anos e três curetagem na faixa etária de 10 anos; enquanto as garotas de 15 a 19 anos totalizaram 559 cesarianas e 1370 partos.

Destaca-se que na faixa etária de 11 a 15 anos ocorreram 54 curetagens. Na idade de 16 a 21 anos foram 91 curetagens. Em 2008 têm-se apenas dados de janeiro a março fornecido pela SESAU, com os seguintes dados: na idade de 10 a 13 anos foram 11 cesarianas e 28 partos. E Idade entre 15 e 19 anos 132 cesarianas e 302 partos.

Convém ressaltar que estes dados, foram obtidos a partir dos registros fornecidos pelo Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth que é o único que faz partos pelo SUS no município de Boa Vista. Os dados apresentados pela SESAU, apesar de fidedignos, não são concluintes haja vista que os partos realizados no domicílio, áreas indígenas e aqueles por convênios de saúde e particulares no Hospital da Mulher não foram acrescentados nestes resultados. Outro dado que precisa ser considerado são as meninas gestantes que viajaram e realizaram partos fora do Estado.

Independentemente de cesariana ou parto normal é possível dizer que em 2007 foram 112 mães com idade escolar de quarta a oitava série, e, 1929 no ensino médio, em condições normais de aprovação escolar.

Constituindo potencialmente, 2041 alunas afastadas dos colégios por licença maternidade. Em 2008 até o mês de março, 39 alunas de quarta a oitava série e 434 alunas de ensino médio deram a “luz” antes de concluir o primeiro bimestre letivo (SESAU, 2008).

O termo curetagem no contexto supracitado, caso seja considerado conseqüência de aborto; é possível estimar que no ano de 2007 a Março de 2008 foram realizados 57 abortos em meninas de 10 a 14

anos e 145 na faixa etária de 15 a 21 anos. Não foi possível obter dados precisos se estas curetagens foram realizadas para efetivar aborto legal, se foram realizadas devido ao aborto provocado, espontâneo no domicílio, ou por outras questões ginecológicas.

O Ministério da Saúde ciente desta problemática. Publicou o manual técnico de assistência em planejamento familiar, dispõe um capítulo para tratar exclusivamente de anticoncepção na adolescência justificando que

o elevado número de partos entre as adolescentes, o início cada vez mais precoce das relações sexuais e o aumento das DST/AIDS nessa faixa etária, justificam a atenção de uma assistência adequada às necessidades da população na faixa etária de 10 a 19 anos. (Brasília, Ministério da Saúde, 2002. p. 126).

E ainda recomenda que deva ser trabalhado “ações educativas de prevenção nas unidades de saúde, escolas, centro de lazer, centro esportivo ou cultural entre outros.” (2002, p 127) Complementando o texto, justificando o amparo legal para estas ações. Citando a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que determinam: ser dever da família, sociedade e estado assegurar a criança e adolescente deixá-los a salvo de toda forma de negligência e toda atividade sexual desprotegida que poderá comprometer a saúde dos adolescentes.

O Ministério da Saúde proporciona amparo legal e justifica a necessidade das escolas em trabalhar educação sexual com seus alunos, mas não determina os assuntos e tão pouco, metodologias a serem aplicadas.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1998 publicou nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os temas transversais a serem trabalhados da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental. Especificamente a orientação sexual de 5ª a 8ª séries, denominado terceiro e quarto



ciclos.

Tendo por objetivo que o aluno seja capaz de “conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;” (1998)

O MEC recomenda às escolas terem ação ativa, mesmo diante das diferenças sociais, religiosas e peculiaridades das diferentes culturas nas regiões do Brasil. Incluindo no currículo e se possível em todas as disciplinas, os temas transversais recomendados em cada ciclo pré-determinado nos PCN. Sendo de responsabilidade da escola,

desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Um projeto pedagógico com esse objetivo poderá ser orientado por três grandes diretrizes:

* posicionar-se em relação às questões sociais e interpretar a tarefa educativa como uma intervenção na realidade no momento presente

* não tratar os valores apenas como conceitos ideais;

* incluir essa perspectiva no ensino dos conteúdos das áreas de conhecimento escolar. (BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental 1998,p.24)

Especificamente na orientação sexual apesar de não:

“substituir nem concorre com a função da família, mas a complementação, ressalta a necessidade da inclusão neste tema transversal, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como: masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças...” (PCN, 1998, p.293)

Recomendando auto-avaliação do professor em vencer tabus, preconceitos, dogmas religiosos e outros aspectos culturais egressos da formação do seu caráter e personalidade. Sendo importante, “que os

educadores reconheçam como legítimas e lícitas, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez que fazem parte de seu processo de desenvolvimento.” (PCN. 1998, p. 302).

Considerando o fato que muitos educadores durante sua formação profissional não constavam nos currículos “disciplina” específica para trabalhar na docência educação sexual com crianças e jovens. O MEC ressalta a necessidade de aperfeiçoamento dos professores independente da área de formação.

O Ministério da Saúde, Ministério da Educação, UNESCO e UNICEF(2006) publicaram que na 2a Série, Manuais no 76 o Guia para a formação de profissionais de Saúde e de Educação, com o título: SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS: ATITUDE PRA CURTIR A VIDA.

Trata-se de um curso composto de 7 unidades num total de 141 páginas ensinando detalhadamente em esquemas de planos de aula como capacitar professores e profissionais da saúde para trabalhar com crianças e adolescentes na prevenção de DST/AIDS, drogas e redução de danos de um modo em geral.

A lei de diretrizes e Bases (LDB), no encarte de Setembro de 2007 sancionou a Lei 11.525, de 25 de Setembro de 2007 no inciso 5 do artigo 32 da Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 com a seguinte determinação:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo por diretriz a Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (SILVA, Brasília 2007.)

É notória a preocupação dos órgãos governamentais com as crianças e adolescentes na aplicabilidade das estratégias



voltadas para escolas de Ensino Fundamental. Demonstrando o importante papel da escola no processo de formação da cidadania do educando.

Em Boa Vista no dia 23 de Novembro de 2007, o Conselho Estadual de Educação aprovou por unanimidade as Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Indígena. Juntamente com a Secretaria de Estado da Educação Cultura e Desportos do Estado de Roraima (SECD).

Desconsiderando as tabelas que ordenam a distribuição das disciplinas e as respectivas cargas horárias, que nada consta dos conteúdos programáticos. É imprescindível citar a preocupação do relator quanto aos temas transversais no texto do Mérito, com a seguinte descrição:

É oportuno dizer, que a organização das matrizes curriculares do ensino fundamental e médio, da educação escolar indígena fundamental e médio e da modalidade de educação de jovens e adultos 1º, 2º e 3º segmentos contempla o estatuto das Diretrizes Curriculares Nacionais. Quanto à preparação para o trabalho como também os temas transversais como ética, saúde e orientação sexual, cultural, [...] os direitos das crianças e dos adolescentes serão contextualizados nos módulos/aula, [...]. (Boa Vista, 23/11/2007).

Os conteúdos programáticos fornecidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto (SECD), das disciplinas de quinta a oitava séries não há registro de abordagem dos temas transversais preconizados nos PCN. Quanto à disciplina de Ciências, apenas na sétima série têm-se o seguinte registro:

- 1 – Corpo Humano
 - Célula
 - Tecidos
 - Órgãos
 - Sistemas e sua integração
- 4 – Circulação e Excreção
 - Sistema urinário
 - Produção da urina e excreção

! [...] (SECD/ RR. Departamento de Ensino. Divisão de Assuntos Pedagógicos, 2007)

Um estudo exploratório bibliográfico realizado por Ramos (2008) demonstrou que na amostragem das escolas, estaduais de ensino fundamental de Boa Vista, somente 12 possuíam disponíveis os planos de curso ou conteúdo programático das disciplinas de quinta a oitava séries. E destas, somente uma possuía plano de curso com propostas de trabalhar educação sexual. Contudo estava previsto somente nas disciplinas de Ciências e Religião a partir da sétima série.

Considerando a necessidade das escolas contemplarem nos planos de cursos os temas transversais preconizados pelos PCN. Ainda assim, é necessário conhecer o perfil dos professores de quinta a oitava séries e o quanto estão aptos e engajados na proposta de trabalhar educação sexual com seus alunos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, apoiada pelo método hipotético-dedutivo; partindo de casos gerais referentes à realidade da atuação dos professores do ensino fundamental das escolas estaduais no município de Boa Vista-RR, diante do processo de ensino e aprendizagem em planejamento familiar no contexto da educação sexual prevista nos temas transversais. Tendo como métodos de procedimentos, quali-quantitativo. A pesquisa teve ocorrência no primeiro semestre do ano de 2009, a partir da coleta de dados através da distribuição de questionário híbrido aos professores de quinta a oitava séries, constituindo-se a amostra do estudo. Na análise dos dados utilizou-se o método estatístico-interpretativo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

No dia 17/02/2009 teve início à distribuição dos questionários aos



professores que ministram aulas de quinta a oitava série nas escolas estaduais no município de Boa Vista. O número total de professores não foi divulgado pelo órgão competente da Prefeitura.

A justificativa do não fornecimento deste relevante dado estatístico não é foco de discussão desta análise. Entretanto o Departamento de Educação Básica informou verbalmente que o quantitativo aproximado de professores no ensino fundamental das escolas estaduais em Boa Vista é de 149 professores, existindo a possibilidade de muitos destes estarem cedidos para cargos administrativos.

Foram distribuídos 100 questionários, correspondendo o número total de professores que no momento estavam efetivamente no exercício da profissão em sala de aula. Ao término de quinze dias dos questionários já haviam sido entregues, somente cinquenta professores devolveram preenchidos. Constituindo a amostra da pesquisa. Nestes termos considera-se a amostra de 50 entrevistados suficientes para validar este estudo.

O fato deste estudo compor parte de um trabalho ainda maior, foram analisadas e discutidas nove das doze questões. As outras três questões não mencionadas nesta análise são pertinentes aos objetivos de estudos complementares.

A amostra é caracterizada por professores de diversas áreas do saber, de nível técnico e superior, outros restringiram informar sua graduação. Convém ressaltar que professores de determinadas áreas ministram disciplinas que não condizem a sua formação, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quant.	Formação por área do saber	Disciplinas que atualmente ministram
6	Matemática	Matemática e Física
4	Química	Ciências, Física, Química e Matemática
2	História	História
5	Biologia	Ciências
9	Letras	Português e Língua Estrangeira
10	Pedagogia	Português, História, Geografia, Matemática, Filosofia, Ciências, Religião, Sociologia e Artes
4	Geografia	Geografia
2	Ed. Física	Ed. Física

O quadro 1, identifica que os professores

1	Teologia	No momento não leciona
2	Magistério	Religião e Artes
1	Psicopedagogia	História e Geografia
1	Superior	Geografia
1	Superior Incompleto	Biologia
2	Informou apenas ser professor	Ciências, Religião, Artes, Geografia, Matemática, História e Português

pedagogos são em maior número e também aqueles que ministram um maior número de disciplinas que não correspondem a sua formação e área de atuação. Haja vista que o pedagogo tem habilitação para lecionar no ensino fundamental somente com turmas de 1ª a 4ª séries. (CARNEIRO, 1998, p.147).

Dois professores não informaram suas áreas de atuação. O perfil profissional e atuação dos professores, denunciado nesse estudo sugerem questionamentos pertinentes a futuros trabalhos, uma vez que o foco desse estudo não tem o propósito de aprofundar as questões de legitimidade das áreas de atuação destes profissionais. Porém é pertinente reafirmar o Art. 62 do Título VI da LDB onde a “formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena,” (BRASÍLIA, 2010 Pg. 141).

Questionou-se aos professores se eles são a favor em trabalhar planejamento familiar nas séries de 5ª a 8ª. 48 afirmaram estarem de acordo. Um pedagogo e um professor que não identificou sua formação foram desfavoráveis.

Os resultados desta questão corroboram a análise de Figueiró (2006, p. 38) quando afirma que a educação sexual ainda está em uma posição marginal devido a “crítica por uma parcela pequena, porém relativamente significativa de professores e elementos da comunidade, como um trabalho não da escola, mas da família”.

Quando questionados em quais disciplinas o Planejamento Familiar deverá ser trabalhado, 24% reconhecem que precisa ser em todas as disciplinas e 54% sugerem que seja trabalho na disciplina de Ciências.



Em contrapartida numa outra questão, 48% afirmam nunca terem trabalhado Planejamento Familiar em suas aulas, 2% não responderam.

Daqueles 50% que afirmam terem em algum momento trabalhado Planejamento Familiar em suas aulas, por iniciativa própria e ou por solicitação de alunos, 16% não trabalharam nas séries de 5^a a 8^a e outros 20% não especificaram as séries. Ou seja, do total dos entrevistados apenas 14% efetivamente trabalharam planejamento familiar nas turmas de 5^a a 8^a séries. A diferença significativa do percentual de professores que acreditam ser importante trabalhar educação sexual na escola diante do efetivo trabalho de educação sexual em sala de aula demonstra que este assunto “não é considerado uma questão prioritária na educação escolar, sendo praticada em um número restrito de escolas, por iniciativa de alguns professores, isoladamente” (FIGUEIRÓ, 2006. Pg, 38).

O trabalho incipiente destes professores em sala de aula é condizente ao nível de conhecimento e habilidades adquiridos na formação profissional. Durante o curso de formação profissional 43 professores não tiveram nenhuma orientação pedagógica em planejamento familiar enquanto 3 pedagogos, 2 biólogos, 1 professor de história e outro de matemática tiveram uma disciplina orientando trabalhar Planejamento Familiar na docência.

Quando questionados quanto à segurança para trabalhar planejamento familiar em sala de aula, 62% afirmam estarem seguros, mas suas justificativas demonstram habilidade no ensino e não aquisição de conhecimentos substanciais na atividade em questão.

Para melhor elucidar a discussão dessa análise estão transcritas algumas respostas dos professores justificando a suposta segurança para trabalhar educação sexual, são elas: a vivência pedagógica me da essa

segurança; já tenho conhecimento básico sobre o tema (já fui submetido à vasectomia); pelo fato de ser mulher e conhecer os caminhos que devem ser percorridos no processo família; há várias parcerias que podemos fazer, pesquisar em internet; sim, é só estar ciente do assunto Pesquisar e repassar; não posso deixar fazer algo que com certeza cabe a todos profissionais da educação realizar.

Em síntese constatou-se que 98% dos professores entrevistados não tiveram treinamento e ou capacitação para trabalhar planejamento familiar na escola. Também fica registrada a maneira simplista que tratam o tema planejamento familiar.

Diante da proposta de viabilizar educação continuada para professores trabalharem planejamento familiar na escola. 5 professores não responderam e 2 afirmaram desnecessário com argumento de que “estão cheios de cobranças para satisfazer e a falta de complexidade do tema descarta esta necessidade”. Afirmar que planejamento familiar não é complexo para trabalhar no ensino fundamental é um “ponto de vista” reducionista e simplista, mas sugere subsídios para debate mais aprofundado.

CONSIDERAÇÕES

Ao organizar este trabalho, a entrevista através do questionário foi balizada segundo as concepções dos temas transversais propostos nos PCNs. Gerando assim imparcialidade às críticas aos professores que emitiram opiniões desfavoráveis ao trabalho de educação sexual na escola, delimitado neste estudo pelo tema planejamento familiar.

Algumas questões ficaram sugeridas para novos estudos, a exemplo do por que profissionais da educação com mais de 10 de docência não tiveram capacitação para trabalhar educação sexual na escola e também não incorporaram as diretrizes dos



temas transversais que estão sendo recomendados pelo Governo Federal desde 1997? E de que maneira os professores, por iniciativa própria, desenvolvem em sala de aula assuntos de planejamento familiar?

Foi considerado ponto positivo deste estudo o reconhecimento dos professores da necessidade em trabalhar planejamento familiar nas séries de quinta a oitava, e também na incorporação deste tema no processo da educação continuada para professores.

A aprovação da lei 60/09, tornou obrigatória a Educação Sexual nas escolas.

Vislumbram-se novos anseios no ensino fundamental das escolas deste Estado na proposta de estabelecer parcerias, na educação continuada, com profissionais da área de saúde e universidades.

Acreditamos que através da educação sexual trabalhada como um todo na escola reduzirá significativamente as gestações indesejadas nas adolescentes, resultando por consequência a redução de morte neonatal, pobreza, evasão escolar, proliferação das DSTs, bem como: os desrespeitos, abandonos e abusos cometidos com as crianças.

REFERÊNCIAS.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei no 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo.** 4 ed. Ver. e ampl. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência em Planejamento Familiar Manual Técnico.** 4ed. Brasília-DF; 2002

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria de Assistência à Saúde. **Normas de Atenção de à**

Saúde Integral do Adolescente 1993. 1V.2V.3V.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde e prevenção nas escolas: **Guia para a Formação de Profissionais de Saúde e de Educação/Brasília:** 2006.

BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI 9.394/96) e Legislação Correlata.** Encarte de Setembro de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. IBGE. **Indicadores Sociais.** Disponível em < www.ibge.gov.br >

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico-Compreensiva Artigo a Artigo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA. E. M. A.; CARBONE. M. H. **Saúde da Família Uma Abordagem Interdisciplinar.** Rio de Janeiro 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível.** Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006. (Coleção Dimensões da Sexualidade)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JÚLIO, Groppa Aquino, organizador. et. al. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997.

RAMOS, R. L. **Educação Sexual nas Escolas Públicas de Boa Vista: Um Estudo Exploratório.** Simpósio Sul Brasileiro de Ensino de Ciências (XV SSBEC), 2008 Canoas RS.

RORAIMA. Governo do Estado de Roraima. Secretaria de Educação, Cultura e Desportos Departamento de Ensino. **Conteudos das disciplinas de 5a a 8a séries do Ensino Fundamental.** Boa Vista, 2008.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Saúde de Roraima SESA. Disponível em www.saude.rr.gov.br/ **Roraima tem alto número de mães a partir de 10 anos.** FOLHA DE BOA VISTA, JORNAL, Boa Vista, 01 de outubro de 2008.



RORAIMA. SEPLAN. **Indicadores Sociais do Estado de Roraima.** Disponível em:
<www.ceplan.rr.gov.br >

VOLTOLINI, Jaqueline de Oliveira. **DST e AIDS em Boa Vista.** In: I JORNADA TRÍADE DE BIOLOGIA E SAÚDE DA UERR. Boa Vista, 2008.